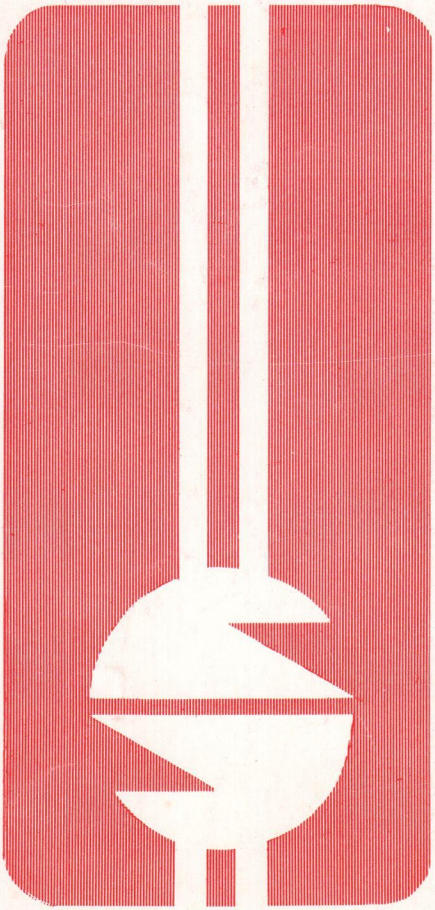
Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

- **A DÍVIDA EXTERNA: UMA CHANCE DE SOLUÇÃO?**
  James Kenneth Galbraith
- **A ECONOMIA BRASILEIRA VISTA DE FORA**
  Hartmut Sangmeister
- **A QUESTÃO DO INVESTIMENTO**
  Hélio Nogueira da Cruz
- **EXCESSO DE CAPACIDADE NA CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA**
  João Rogério Sanson
- **MODELOS LINEARES QUADRÁTICOS**
  Gláucia de Oliva Pretto
- **A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**
  Silvana Saionara Gollo
  Otto Guilherme Konzen
- **ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR: UM ESTUDO SOBRE SUA DETERMINAÇÃO NO BRASIL**
  Neio Lúcio Peres Gualda



ano 6 novembro, 1988 nº 10

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Gerhard Jacob
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Walter Meucci Nique
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Reinaldo Ignácio Adams
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Chefe: Profª Otília Beatriz Kroeff Carrion
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Prof. Roberto Camps Moraes
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL
Coordenador: Prof. Aray Miguel Feldens

CONSELHO EDITORIAL:

Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ernani Hickmann, Humberto Vendelino Richeter, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto, Otília Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexandre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignácio Adams, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius e Edgar Augusto Lanzer (UFSC).

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignácio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Zélide Bregalda, Francisco Carlos Becco dos Santos, Vanete Ricacheski (revisão de textos), Maria Ivone de Mello (normalização)

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Rosa

A Revista **ANÁLISE ECONÔMICA** publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura, para 1989, é de 7,5 BTNs (o número avulso custa 4 BTNs), a ser pago através de cheque nominal em nome da "Faculdade de Ciências Econômicas/ UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou recensões.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA
Revista Análise Econômica
Av. João Pessoa, 52 – sala 28
90.040 – PORTO ALEGRE (RS) – BRASIL
Telefone: 25-5844 ramal 34

A ECONOMIA BRASILEIRA VISTA DE FORA: MODELO EM CRISE OU CRISE DE UM MODELO?*

Hartmut Sangmeister **

1. PANORAMA ECONÔMICO DOS ANOS OITENTA

Com a recessão econômica mundial, desde o princípio dos anos oitenta, desvaneceu-se a ilusão da viabilidade do "modelo" brasileiro que, na dependência do exterior, apostara numa industrialização acelerada como motor da modernização e desenvolvimento da economia nacional. À beira de suspender os pagamentos externos, o Governo Brasileiro viu-se forçado a renunciar definitivamente ao ambicioso plano de fazer do Brasil uma grande potência econômica, e tem, desde então, concentrado todos os seus esforços em encontrar remédios para os sempre mais freqüentes impasses de liquidez, procurando convencer os credores estrangeiros de que, somente com novos créditos, poderá ser superada a crise.

Porém a crise do Brasil não é um caso único. Nada menos que 40 países subdesenvolvidos viram-se, entre 1980 e 1986, na contingência de terem de renegociar, em nível multilateral, as condições da sua dívida externa com bancos comerciais e/ou credores públicos estrangeiros, incapacitados que estavam de corresponder aos encargos dos respectivos serviços dentro dos prazos estabelecidos (World Bank, 1987, p. XXVI – XXXI). Mas, da mesma forma que, nos últimos anos, a maioria dos países em desenvolvimento viu-se confrontada com o agravamento das dificuldades econômicas e financeiras, o caso do

---

* Trabalho escrito em língua portuguesa pelo autor e revisado pelo corpo editorial da revista.

* * Professor da Universidade de Heidelberg, República Federal da Alemanha.

Brasil, no entanto, não deixa de merecer particular atenção. Com efeito, este país demonstra o fracasso de um modelo de desenvolvimento, cujo espetacular sucesso, nas décadas de sessenta e setenta, levara os seus protagonistas, brasileiros e estrangeiros, a falar euforicamente do "milagre brasileiro". E, na verdade, até princípios da década de oitenta, o balanço positivo da economia brasileira constituiu-se num fenômeno ímpar em nível internacional, o comportamento da economia brasileira distinguiu-se singularmente com uma taxa de crescimento significativamente mais alta do que a do conjunto dos países que constituem o mundo capitalista. A produção da economia brasileira, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), aumentou, entre 1965 e 1980, a uma taxa média anual de 9,0%, enquanto os países industrializados ocidentais registraram, no período referido, um crescimento médio anual de apenas 3,7% (World Bank, 1987 a p. 205). Com um PIB na ordem dos 348 bilhões de dólares em 1986, o Brasil é uma das dez grandes economias mundiais, contribuindo com 9,3% para o PIB agregado dos países em via de desenvolvimento, embora a população brasileira constitua-se em apenas 3,7% da população do "Terceiro Mundo".

Como o crescimento demográfico no Brasil continua a ser relativamente elevado, embora haja uma ligeira tendência a baixar,[1] o crescimento do PIB per capita não foi tão acentuado como o do valor da produção global.. Mesmo assim, com um PIB per capita de cerca de 2.525 dólares, em 1986, o Brasil figura entre os países subdesenvolvidos melhor situados no "ranking" internacional (Inter-American Development Bank, 1987, p. 426). Mas, desde o início dos anos oitenta, a "potência economicamente emergente", como o Brasil já foi orgulhosamente chamado, denota nítidos sinais de fraqueza. O investimento interno bruto do Brasil, que sofreu declínios anuais de 8%, entre 1981 e 1984, parece ter-se estabilizado a partir de 1985, embora a um nível 30% abaixo do registrado em 1980; o investimento, medido em dólares constantes de 1986, caiu mais de 26 bilhões de dólares, após ter atingido a cifra sem precedentes de 66,4 bilhões de dólares em 1980, baixando até a um nível inferior ao atingido dez anos antes (Inter-American Development Bank, 1987, p. 427).

Diante destes fatos, mesmo os mais renitentes admiradores do

[1] O aumento médio anual, entre 1965-80, foi 2,5% e entre 1980-85 foi 2,3% (World Bank, 1987a, p. 255).

"modelo" brasileiro não podem deixar de reconhecer que o "milagre econômico" está definitivamente ultrapassado e, hoje, o que está em causa é unicamente saldar contas antigas – suposto, naturalmente, que aqueles agora são chamados à responsabilidade estejam em condições de fazê-lo. Com efeito, os indicadores macroeconômicos, como o PIB ou a renda per capita, no caso do Brasil (e o mesmo é válido para muitos outros países em desenvolvimento com uma acentuada concentração de renda), podem dar lugar a equívocos. Na verdade, os valores médios apurados disfarçam as crassas disparidades existentes na repartição da renda em nível individual e regional; em outras palavras, esses indicadores estatísticos não revelam que, no Brasil, há milhões de pessoas vivendo em níveis de pobreza absoluta, e que as condições de vida dessas pessoas estão longe de corresponder aos padrões mínimos estabelecidos internacionalmente para a satisfação das necessidades básicas.

Pesquisas realizadas pelo IBGE revelam um perfil da distribuição de renda segundo o qual, em 1985, 1% da população economicamente ativa (PEA) detém 14,4% da renda nacional, enquanto a metade dos 35 milhões de pessoas economicamente ativas fica com apenas 13,0%, os 5,5 milhões de pessoas que constituem a base inferior da pirâmide de renda têm que se contentar com 1,6% da renda nacional, (Anuário Estatístico do Brasil, 1986, p. 439). Os dados disponíveis revelam ainda que, em 1985, nada menos que 40% das famílias brasileiras encontravam-se próximas a atingir o limiar da pobreza, estabelecido, para tanto, uma renda mensal de até duas vezes o salário-mínimo. Em 1985, seis em cada dez pessoas, ou seja, 29 milhões, compondo 61% da PEA, ganhavam somente até dois salários-mínimos.

Levando em conta estas cifras e supondo que a distribuição de renda manteve-se substancialmente inalterada, isto é, que não tenha havido mudanças em benefício dos estratos mais carentes, chega-se ao resultado que, em 1986, os 13,8 milhões de brasileiros mais ricos detinham uma renda anual per capita de aproximadamente 11.100 dólares (o que equivale à renda per capita do Japão), enquanto os 55,2 milhões de pessoas, representando 40% das famílias mais pobres, dispunha de uma renda per capita de apenas 568 dólares anuais aproximadamente.[2]

[2] Esse resultado baseia-se nos seguintes parâmetros: população, 137,987 milhões; PIB, US$ 348,407 milhões; proporções da renda mensal das famílias com renda conforme os dados publicados no Anuário Estatístico do Brasil 1986, p. 446.

Para o Brasil, as atuais perspectivas desfavoráveis da economia mundial significam que a simples continuação dos esforços para adiar vencimentos da dívida externa, reduzir as importações e fomentar as exportações, não será suficiente para deflagar a recuperação. Tais perspectivas permitem, ainda, duvidar se o Brasil terá a capacidade para manter indefinidamente os atuais programas drásticos de austeridade financeiro-econômica. Ainda que houvesse luz no fim do túnel, o túnel continuaria a alongar-se. Com isso, o crescimento econômico recobra a primazia como a mais promissora forma de atender ao pagamento do serviço da dívida externa, reduzir o desemprego e elevar o nível da renda interna.

Evidentemente, para que os investimentos atinjam níveis compatíveis com o crescimento adequado, em termos da dimensão dos problemas econômicos e sociais, acumulados em cinco anos de crise, duas condições deverão ser observadas:

1) o Brasil e os seus principais parceiros econômicos do mundo industrializado precisam chegar a um acordo no sentido de restabelecer o crescimento sustentado, com base em medidas de médio e longo prazo, principalmente no que tange à questão da dívida externa;

2) para que se efetive esse crescimento, será preciso que o Brasil realize esforços no sentido de melhorar a administração do setor público e consolidar políticas para encorajar a elevação dos níveis de poupança interna do setor privado, bem como os de investimento, produção e exportação.

A taxa de formação bruta do capital fixo, que já alcançara mais de 20% do PIB nos anos setenta, declinou para cerca de 13% em 1986, nível absolutamente incompatível com as necessidades econômicas e sociais da população crescente do Brasil (Inter-American Development Bank, 1987, p. 427). Mas, por enquanto, será difícil induzir os empresários nacionais e estrangeiros a investir, sem que seja dada uma definição política no que tange à inserção do país na economia mundial, definição essa que deveria compreender, também, políticas (pós-moratórias) de médio e longo prazo para os fluxos de bens e serviços transacionados com o exterior e, concomitantemente, um acerto plurianual da dívida externa.

Em suma, não há razão para esperar-se a deflagração instantânea de grandes investimentos; a insuficiência de fontes de financiamento, tanto na área privada como na área estatal, aliada ao clima de grande incerteza, que ronda o setor privado, tornarão quase que inevi-

tável a desaceleração do crescimento econômico no Brasil em futuro próximo.

2. PROBLEMAS ESTRUTURAIS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Todavia, as taxas de crescimento econômico, nas duas décadas passadas, documentam uma inegável dinâmica da economia brasileira. Já a extrema disparidade, revelada na divisão de riqueza produzida, entre as várias camadas da população, põe em dúvida o modelo de desenvolvimento adotado. Uma análise das estruturas produtivas, tais como foram-se cristalizando no decorrer da sua concretização, deixa visível as suas distorções, evidenciando toda a problemática de tal "modelo".

Nos sistemas de economia de mercado, só se produzem (a longo prazo) bens para os quais exista uma demanda monetária efetiva, seja por parte de particulares, seja por parte do Estado. No contexto brasileiro, isto significa, no que concerne o consumo privado, que foram criadas estruturas de produção orientadas prioritariamente à satisfação da demanda por parte de uma camada populacional relativamente pequena, possuidora de salários elevados. Com o tempo, esta indústria de bens de consumo tirou proveito do efeito demonstração que os estratos com maior poder de compra exercem sobre as camadas com rendas mais baixas, influenciadas, no seu comportamento, por maciça campanha publicitária através do rádio e, sobretudo, televisão (o que criou, até certo ponto, efeitos perversos, por exemplo, no comportamento alimentar).

Um exemplo do papel preponderante que a indústria de bens de consumo desempenhou dentro do aparelho produtivo nacional é a indústria automobilística, implantada no Brasil nos anos sessenta, com a ajuda determinante do capital estrangeiro e considerada o motor do desenvolvimento industrial brasileiro. Convém, no entanto, não esquecer que a extraordinária dinâmica da indústria automobilística no Brasil só foi possível devido à intervenção maciça do Estado através de subvenções diretas e indiretas, desde as facilidades de financiamento para a compra de automóveis, como também a considerável expansão da rede rodoviária não-urbana.

Na indústria de bens de capital, semelhantes medidas de fomen-

to por parte do Estado só se verificaram, durante longo tempo, nos setores em que o Governo viu, afetados os (supostos) interesses de "segurança nacional" e/ou de "grandeza nacional", como é o caso, por exemplo, da produção de armamentos ou ainda da energia nuclear. É certo que, a partir de meados da década de setenta, o Estado, com o propósito de incentivar a substituição das importações, forçou a expansão de indústrias de bens de capital como a siderurgia e a fabricação de computadores, por exemplo, através da participação direta ou exercendo influência decisiva quanto aos investimentos das empresas privadas. Entretanto, no que diz respeito à competitividade internacional desses novos ramos industriais, em termos de qualidade e custo, constitui um problema que está longe de ser resolvido (World Bank, 1983, p. 81).

Mais importante do que o Estado fomentar prioritariamente tais setores de produção, basicamente aptos a satisfazer a demanda de minorias com forte poder aquisitivo ou a servir os "interesses nacionais", foi a influência decisiva que o Estado exerceu sobre os investimentos através da política de fomento: via de regra, eram favorecidas técnicas de produção capital-intensivas, exigindo intensa implementação de tecnologias modernas, importadas do estrangeiro sempre que, para isso, houvesse ensejo, ou então se recorria aos investimentos diretos por parte de empresas estrangeiras. Naturalmente, tal estratégia de industrialização capital-intensivo criou novos empregos[3] não passando de mera "massa de manobra conjuntural", que facilmente voltam a desaparecer na fase recessiva. Assim, por exemplo, o índice de emprego industrial na Grande São Paulo baixou, durante a recessão de 1983/84, ao nível de 1974, significando que os empregos criados durante os últimos dez anos foram "neutralizados" por completo em apenas dois anos (Seitz, 1983, p. 2).

O modelo de desenvolvimento brasileiro, dos anos 60 e 70, apostou fundamentalmente na implantação e expansão da indústria "moderna" capaz de produzir bens de consumo duráveis. O impacto, em termos absolutos e relativos, de tal processo de industrialização, sobre o desenvolvimento em nível nacional, só se poderia materializar se a demanda desses bens de consumo acompanhasse o ritmo da expansão produtiva. Em nível de exportação não se podia contar, a curto e a

---

[3] Sobre esse tema, ver Possas & Coutinho (1982).

médio prazo, com uma saída significativa de produtos, devido, em parte, à concorrência e ao protecionismo dos países industrializados. Assim, o aumento da procura interna, em que basicamente se assentava toda a estrutura de produção, só poderia ser alcançado mediante maior participação do consumo agregado no produto interno, o que, por sua vez, implicaria redução da taxa de poupança interna. Porém tal redução, mesmo relativa, colidiria com o aumento da taxa de investimento interno, condição indispensável para acelerar o crescimento da produção agragada. Este crescimento do PIB por força própria, e os efeitos daí resultantes sobre as rendas internamente disponíveis, era, por seu turno, a condição básica do aumento da demanda de bens de consumo, que haveria de garantir o necessário aproveitamento das novas capacidades instaladas. Para o dilema em que a economia brasileira veio a encontrar-se, entre a necessidade de aceleração do consumo, por um lado (que teria por conseqüência a diminuição da taxa de poupança), e o aumento da taxa de investimento, por outro lado, havia uma dupla saída, recorrer ao capital estrangeiro, de forma a garantir o financiamento dos investimentos, ou então a transferência, direta ou indireta, do capital do setor agrário, considerado menos produtivo para os setor "moderno" da indústria.

Uma transferência intersetorial direta é viável através de uma continuada descapitalização da agricultura, isto é, vedando-lhe o acesso aos investimentos necessários à modernização dos equipamentos e impedindo a sua expansão, ou, ainda, aplicando os lucros em outros setores mais rentáveis (desde que os detentores do capital não entendam desviá-lo para consumo de bens de luxo). Indiretamente, uma transferência intersetorial do capital é promovida por interferência direta do Estado que, através da sua política fiscal, desfavorece o setor agrícola e privilegia o setor industrial, concedendo-lhe além de incentivos fiscais ainda subvenções diretas.

Tal transferência intersetorial de capital, como a que acaba de ser referida, foi o que aconteceu no Brasil, tanto de forma direta como indireta, acrescendo que este processo foi, ainda, acompanhado da transferência do capital em nível inter-regional. A crescente descapitalização da agricultura e conseqüente fomento unilateral da indústria, sobretudo a de transformação, não é um fenômeno típico exclusivo do Brasil: em quase todos os países semi-industrializados da América Latina verificou-se evolução semelhante (Padis, 1979). Trata-se, aliás, também, de um reflexo característico da filosofia de uma certa época,

que identificava o conceito de modernização e desenvolvimento com industrialização, considerando ó setor agrícola "conservador" e até "reacionário", de importância menor dentro da estratégia do desenvolvimento nacional. Somente as atividades agrícolas orientadas à exportação despertavam interesse real, uma vez que, através delas, angariavam-se as divisas necessárias para a importação de maquinaria e "know-how".

No que concerne à geração de divisas, a agricultura voltou a assumir maior relevo para a política econômica brasileira, depois de ter sido negligenciada durante décadas. Mas, mesmo assim, a reforma agrária, adiada desde o golpe militar de 1964, colocada recentemente na ordem do dia, retoricamente, continua a ser vista apenas como instrumento útil para assegurar o aumento da produção de gêneros alimentícios, de forma a permitir a substituição de produtos importados e a geração de divisas. A obtenção de saldos positivos na balança comercial tornou-se, com efeito, para o Governo brasileiro, uma questão economicamente vital, tornando-se secundários todos os demais objetivos de política econômica.

O fato de o Brasil não poder saldar os compromissos externos assumidos, está em estreita conexão com a estratégia de desenvolvimento, tal como ficou apontada anteriormente: crescimento econômico acelerado, com taxas mais elevadas de consumo, redução da poupança interna e fluxo maciço de capital estrangeiros como medidas para garantir o seu financiamento. Convém lembrar que a participação do capital estrangeiro na economia de qualquer país implica que esse capital requeira para si uma quota-parte dos resultados obtidos nas atividades econômicas, seja em forma de pagamento de amortização e juros, em caso de concessão de créditos, seja em forma de transferência dos lucros para o exterior, "royalties", indenizações por cedência de "know-how" etc., quando a participação é direta. De qualquer maneira, os recursos financeiros que, por dívida, são enviados ao exterior, deixam de ser aplicados na economia do próprio país, e, por conseqüência, terão que ser obtidos à custa da poupança interna e/ou do consumo. Para escapar à necessidade de pagar a dívida externa através de recursos financeiros próprios, uma solução seria o refinanciamento permanente da dívida externa através de novos empréstimos estrangeiros que permitissem pagar as amortizações e os juros dentro dos prazos fixados. Mas é óbvio que tal "solução" somente será viável se for conveniente aos credores internacionais.

Qualquer leigo, por analogia à sua própria capacidade de endividamento, chegará facilmente à conclusão que o refinanciamento permanente do crescente endividamento externo não pode ser mantido por tempo ilimitado, ainda mais quando o PIB cresce a um ritmo mais lento que as disponibilidades para pagar a dívida externa. Não deixa de causar estranheza que os economistas – sob a influência da ortodoxia acadêmica, desde Keynes até Tobin – durante muito tempo pouca atenção tenham dedicado à estreita conexão existente entre crescimento econômico e endividamento externo. No Brasil, teve-se a perfeita consciência de que a expansão descontrolada da base monetária, em virtude do crescente endividamento externo, teria por conseqüência o agravamento da inflação, porém, as previsões que se fizeram foram outras: pelo menos até fins da década de setenta, o juro real para o capital estrangeiro era considerado negativo (isto é, a taxa de juro nominal era inferior ao índice da inflação internacional) e, assim, recorrer ao capital estrangeiro constituía "lucro" para o país devedor.[4]

3. CONSEQÜÊNCIAS DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

A partir do final de 1982, tornou-se manifesto que o "modelo" brasileiro de desenvolvimento, com forte dependência externa, levaria a economia forçosamente a um beco sem saída obrigando, inevitavelmente, o país a suspender os pagamentos aos credores externos. Medidas político-econômicas de emergência, tais como: "maxi-desvalorização" do cruzeiro, contingenciamento das importações e subvenção das exportações, poderiam, no máximo, ganhar tempo no curto prazo, mas nunca resolver o problema propriamente dito, ou seja, a obtenção de volume cada vez maior de divisas para atender ao serviço da dívida externa. O sistema financeiro internacional, o mais importante credor que nas décadas passadas tinha prontamente financiado o "modelo" brasileiro, concedendo sempre novos créditos, começou a avaliar de maneira mais realista a política econômica brasileira, constatando sua incapacidade de encontrar uma saída (ou, resolver o problema da "quadratura do círculo"). Ele reduziu drasticamente o crédito ao Brasil,

---

[4] Sobre esse tema, ver Alejandro & Bacha (1980) e Batista Jr. (1987).

somente concedendo novos empréstimos de curto prazo sob a condição da economia brasileira sujeitar-se ao "saneamento" nas bases impostas pelo FMI.

A receita neoclássica do FMI, com algumas adaptações, para o caso do Brasil, consiste, em síntese, no seguinte: redução do déficit público, mediante cortes nos investimentos e nas subvenções; aumento da arrecadação fiscal; controle do sistema de crédito; fomento das exportações, através de uma política cambial mais "realista" (desvalorização da moeda nacional a uma taxa superior à da inflação), política salarial antiinflacionária (aumentos salariais abaixo do índice da inflação).

Os riscos de uma "terapia de choque" a que o "doente" Brasil terá de sujeitar-se para salvaguardar a sua credibilidade internacional, são incalculáveis. Ademais, sob a perspectiva da teoria econômica, as condições impostas pelo FMI não são pacíficas e a concepção político-econômica de saneamento perfilhada não apresenta nenhuma garantia de êxito. Mesmo sem tais contradições implícitas, receita-se que as medidas de austeridade agravam o clima de tensão social, já em si explosivo, da sociedade brasileira e que a desestabilização política venha a acentuar-se ainda mais. Parece que o Governo brasileiro tem plena consciência dos riscos que a adoção das medidas de "saneamento econômico" exigidas pelo FMI, traz para a vida política do País; isso é revelado pela indecisão e pela tática com que se procedeu à implementação de tais medidas. É importante notar que a controvérsia, quanto ao caminho a enveredar para sair da crise, alastrou-se além dos estreitos círculos político-econômicos e mobiliza a opinião pública. A pressão política interna explica porque o Governo brasileiro, sempre tão cioso em relação à sua reputação internacional, retardou tanto a implementação das medidas negociadas com os credores, tendo como conseqüência a suspensão de novos créditos e o não cumprimento de diversas responsabilidades monetárias nos prazos previstos. A moratória unilateral, declarada pelo Governo brasileiro, em 1986, para fazer face aos grandes desequilíbrios das contas do setor externo, transtornou ainda mais, como era de esperar, o entendimento financeiro com fontes externas no que tange ao comércio e às linhas de crédito.

O serviço da dívida externa brasileira, cujo montante ascende a mais de 111 bilhões de dólares em 1986 (dos quais cerca de 70% são responsabilidades para com bancos comerciais estrangeiros), corres-

pondeu a, aproximadamente, 60% do valor das exportações (102% em 1982 e, apenas, 50% em 1976) (Banco Central do Brasil, 1987, p. 93). Entretanto, o peso que a gigantesca dívida externa brasileira realmente implica ficará mais claramente explicitado através de um cálculo simples (embora meramente hipotético): o pagamento imediato de 111 bilhões de dólares aos credores estrangeiros (1986) exigiria de cada cidadão brasileiro a quantia de 801 dólares, ou seja, significaria a renúncia aproximada de uma terça parte do atual PIB per capita. É evidente que o pagamento dos créditos estrangeiros, só poderá efetuar-se se o saldo for distribuído por um longo período de tempo, isto equivale a dizer que cabe aos credores estrangeiros uma quota-parte considerável do PIB brasileiro a ser produzido no futuro. Por conseguinte, a margem de acréscimo da renda interna fica necessariamente menor.

4. PERSPECTIVAS

A tão analtecida interdependência entre países industrializados e países subdesenvolvidos não deixará aos países ricos ocidentais outra solução senão continuar a ajudar o "parceiro" brasileiro a sair do impasse em que se encontra. Por força própria, o país não dispõe de meios para vencer a crise, que pode afetar todo o aparelho produtivo industrial, mesmo que recorresse às mais drásticas medidas de austeridade de caráter político-econômico, tanto mais que daí poderiam advir incalculáveis tensões sociais internas. Os Estados Unidos da América, mais que qualquer outro país, terão todo o interesse em evitar que surja mais um foco de agitação política no "subcontinente" sul-americano.

Seria errôneo supor que a atual crise do endividamento do Brasil, extremamente dramática já nos seus efeitos imediatos, reduza-se a um mero problema de liquidez a curto prazo, resultante de uma inesperada retração dos fluxos de capital. Tal visão levaria à conclusão que os problemas brasileiros resolver-se-iam por si mesmos desde que se verificasse a recuperação da conjuntura econômica mundial.

Uma apreciação mais aprofundada da situação, que não se restrinja à questão de saber se o Brasil poderá ou não cumprir os compromissos assumidos com o estrangeiro dentro dos prazos estabelecidos, levará a concluir que a atual crise não se deve apenas a causas conjunturais mais é, sobretudo, sintoma de uma evolução desequili-

brada de caráter estrutural, resultante da lógica do próprio "modelo" de desenvolvimento adotado. Assim, a história mais recente do Brasil pode ser entendida como modelo de uma crise do desenvolvimento, crise esta que não se limita só a este país, mas que pode verificar-se ainda em outros países da América Latina e de todo o "Terceiro Mundo". O conceito de "crescimento miseralizante" ("immiserizing growth"), há muito conhecido da teoria do desenvolvimento econômico,[5] encontramo-lo tragicamente concretizado precisamente no Brasil.

Quando o mundo das finanças internacionais mostra-se surpreendido com as dimensões da crise econômica, pela qual o Brasil (e outros países subdesenvolvidos) está passando há alguns anos, não deixa de causar pelo menos estranheza. Com efeito, não faltaram, no passado, os que alertaram criticamente para o fenômeno e chamaram a atenção para as imanentes contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro[6]. Mesmo quando as espetaculares taxas de crescimento da economia brasileira pareciam confutar os críticos, as distorções sociais e estruturais não podiam ser ignoradas. Há que reconsiderar que o termo "dirtorções sociais" presta-se mais para disfarçar do que propriamente para designar a pobreza de milhões de brasileiros. Esta pobreza significa muito concretamente dizer que: há aproximadamente 15 milhões de brasileiros vivendo sem acesso conveniente à água potável; existem, ainda, 6,5 milhões de domicílios sem energia elétrica; a taxa de analfabetos da população adulta, nas regiões rurais do Nordeste, é de 40% (a média nacional é 21%); aproximadamente 12 milhões dos 36 milhões de analfabetos são crianças em idade escolar, com menos de 15 anos; ainda há regiões no Brasil, nas quais morrem 150 das 1000 crianças nascidas vivas antes de terem completado o primeiro ano de vida; são milhões os "desempregados" vivendo em condições indignas e subumanas (Cepal, 1988).

Uma das alterações estruturais mais importantes exigidas pelos credores estrangeiros sob a égide do FMI ao Brasil não é uma estratégia orientada no sentido de debelar a pobreza, mas sim que o Estado retire-se da economia, pregando, portanto, sua "liberalização". É evidente que uma maior racionalização do proliferante aparelho burocrático estatal, tantas vezes ineficiente, poderá contribuir para aliviar o orçamento público. Também a desoficialização de certos projetos faraô-

5 Ver a esse respeito Bhagwati (1958) & Bhagwati (1968).
6 Ver, por exemplo, Fishlow (1974), Singer (1976), Malan & Bonelli (1977), Senghaas (1977) e Tavares & David (1982).

nicos, até agora suportados pelo Estado, poderá liberalizar e mobilizar potencialidades desaproveitadas e canalizá-las para o desenvolvimento. Mas se a retirada geral do Estado e conseqüente privatização de mais de 200 empresas estatais, que representam um importante fator inovador em vários setores da economia brasileira, é uma medida somente positiva para o funcionamento da economia, é uma questão que continua em aberto. Com efeito, sob a perspectiva de uma política desenvolvimentista, o papel do Estado (exceto o do regime discricionário), na economia brasileira, pode ser visto sob vários aspectos[7].

Em face a um número cada vez mais elevado de brasileiros, vivendo no sublimiar da pobreza, a questão do papel a ser assumido pelo Estado ou da viabilidade da estratégia de desenvolvimento seguida até o presente não passa, de certo modo, de mera especulação acadêmica – pelo menos para quem, aderindo a uma concepção ético-humanitária, considere desenvolvimento como um processo civilizatório com a finalidade de proporcionar ao maior número de pessoas o bem-estar físico, social e mental num meio ambiente propício, condições estas essenciais para a auto-realização do indivíduo responsável e participante nas decisões que dizem respeito às próprias condições de vida e de trabalho. Analisando a atual crise do Brasil de uma tal perspectiva, chega-se à conclusão que este país é uma das mais destacadas vítimas da (quase) ilimitada confiança numa "razão" tecnocrática e profundamente "a-histórica", característica de uma época, para a qual o conceito de desenvolvimento econômico-social de uma sociedade se reduz à questão de alocação e combinação ótima dos recursos materiais e humanos para atingir um único fim: a implantação de um aparelho industrial segundo os moldes europeus e norte-americanos.

Pretender ou ser obrigado a adotar essas mesmas políticas sob condições históricas completamente diferentes, faz parte da tragédia do "modelo" brasileiro. Para reconhecer a dura realidade, o Brasil não precisa do FMI nem de outras entidades estrangeiras que indiquem quais devam ser as políticas econômicas e sociais a serem adotadas. Mas precisa, isto sim, da reflexão coletiva acerca dos objetivos nacionais e regionais do futuro desenvolvimento do País.

---

[7] Ver Nitsch (1979) & Trebat (1983).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEJANDRO, Carlos F. Díaz & BACHA, Edmar L. O Mercado Internacional de Capitais Visto da Periferia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 8, Nova Friburgo, 1980. **Anais...** Brasília, ANPEC, 1980. V. 1, P.165-209.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1986. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório 1985.** Brasília, 1987.

BATISTA, JR., P. N. **International Financial Flows to Brazil Since the Late 1960s.** Washington, D.C., 1987. (World Bank Discussion Papers, 7.).

BHAGWATI, J.N.. Immiserizing Growth: a Geometrical Note. **Review of Economic Studies, 25:** 201-206, 1968.

———— . Distortions and Immiserizing Groth: a Generalization. **Review of Economic Studies, 35:** 481-485, 1968.

COMISIÓN ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La Pobreza en América Latina: Dimensiones y Políticas.** Santiago de Chile, 1986.

FISHLOW, A. Algumas Reflexões Sobre a Política Econômica Brasileira Após 1964. **Estudos CEBRAP, 7:** 7-65, 1974.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Economic and Social Progress in Latin America 1987 Report.** Washington, D.C. 1987.

MALAN, Pedro & BONELLI, Régis. The Brazilian Economy in the Seventies: old and new Developments. **World Development, 5:** 19-46, 1977.

NITSCH, M. Liegt die Ordnungspolitische Zukunft Brasiliens im Staatskapitalismus?. In: STEGER, H. A. & SCHNEIDER, J. **Aktuelle Perspektiven Brasiliens.** Munique, 1979, p. 155-172 (Latein-Amerika Studien, 4.).

PADIS, P.C. Agricultura e Subdesenvolvimento. In: PADIS, P.C. **América Latina – Cinqüenta anos de Industrialização,** São Paulo 1979, pp. 223-241.

POSSAS, Mário L. & COUTINHO, MC. **Multinational Enterprises, Technology and Employment in Brazil: three Cases Studies.** International Labour Office, Genebra, 1982. (Muntinational Enterprises Programme, Working Papers, 21.)

SEITZ, G.. **Weltwirtschaft zur Jahresmitte 1983 – Brasilien.** Colonia, Mitteilungen der Bundesstelle für Aussenhandelsinformation, Junho 1983.

SENGHAAS, D. Strukturelle Abhängigkeit und Unterentwicklung am Beispiel Brasiliens. In: SENGHAAS, D. (org.) **Weltwirtschaftsordnung und Entwicklungspolitik – Plädoyer für Dissoziation.** Frankfurt am Main 1977, p. 118-152.

SINGER, Paul. **A Crise do Milagre – Interpretação Crítica da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro, 1976.

TAVARES, Maria da C. & DAVID, M. D. (org.): **A Economia Política da Crise – Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira.** Rio de Janeiro, 1982.

TREBAT, T.J.: **Brazil's State-Owned Enterprises: a Case Study of the State as Entrepreneur.** Cambridge, Londres e New York, 1983. (Cambridge Latin American Studies, 45.).

WORLD BANK (1983). **World Development Report 1983.** Washington, D. C., 1983.

———— (1987). **Developing Country Debt: Implementing the Consensus.** Washington, D.C. 1987.

———— (1987a). **World Development Report 1987.** Washington, D.C. 1987.